



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 A quinquagésima primeira reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve
4 lugar no auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número
5 cinquenta e cinco, décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezenove de
6 agosto do ano de dois mil e nove, às quatorze horas e vinte minutos.
7 **Compareceram** os conselheiros: Giancarlo Tusi Pinto, SEMA - presidência;
8 Bernardete Castro, SOP – suplente; Luis Carlos De Leon Valente, Secretaria da
9 Agricultura – suplente; Rafael Franke, Secretaria do Planejamento e Gestão –
10 suplente; Israel Barcelos Abreu, Secretaria da Saúde – suplente; João Minella,
11 SEDAI – suplente; Aloisio Sirangelo Braun, Secretaria da Ciencia e Tecnologia –
12 suplente; André Agne Domingues, Casa Civil – suplente; Tarso Isaia, Sistema
13 Nacional de Meio Ambiente – suplente; Ivo Lessa, Comitê do Lago Guaíba – titular;
14 Leda Famer, Comitê Tramandaí – titular; João Francisco Giuliani, Comitê Santa
15 Maria – titular; Lucia Schmitz, Comitê Pardo – titular; Claudio Marcelo Marques de
16 Moraes, Comitê Baixo Jacuí – titular; Lenison Maroso, Comitê Apuaê-Inhandava –
17 titular. **Ausentes:** Eduardo Krause, Secretaria dos Transportes; João Carlos Félix,
18 Secretaria da Energia, Minas e Comunicações. **Ausência Justificada:** Marley
19 Caetano de Mendonça, Sistema Nacional de Recursos Hídricos; Zuleica Santos,
20 Comitê Ijuí – suplente. **Demais participantes:** Silvia Devantier, Comitê Camaquã;
21 Daniel Schmitz, Taquari-Antas; Mariza Beck, Comitê Ibicui; Carlos Alvin Heine,
22 CORSAN; Paskulin, ANAMA; Maurício Colombo, Comitê Gravataí; Claud Goellner,
23 Comitê Passo Fundo e Alto Jacuí; Vilma Cardoso, Comitê Lago Guaíba; Viviane
24 Nabinger, Comitê Sinos; Niro Afonso Pieper, SEMA; Maria Salete Cobalchini,
25 DRH/SEMA; Sandra Berto, DA/SEMA; Julio Vasconcelos, Comitê Santa Maria;
26 Jussara Neves, CORSAN; Carmem Silva, Cristina Dias, Ana Elizabeth Carara e
27 Vania Oliveira, Secretaria Executiva do CRH/SEMA; Paulo Renato Paim,
28 DRH/SEMA; Francisco Alves Dias, Prefeitura Municipal de Dom Pedrito. O
29 presidente cumprimentou os presentes e deu inicio a reunião. Respondeu ao
30 memorando nº 031/09, da Secretaria Executiva do CRH/RS, atendendo a solicitação
31 do presidente da CTGRHG, Luiz Fernando Cybis, sobre o andamento do processo
32 da METROPLAN para exercer o papel de Agência de Região Hidrográfica, informou
33 que o processo tramitou na diretoria técnica da METROPLAN, que prestou as
34 informações necessárias a assinatura do convênio e está seguindo os trâmites legais.
35 **Item I – Comunicações** - O presidente leu o Ofício recebido do prefeito municipal
36 de Osório requerendo ser colocado na ordem do dia da 51ª RO o tema “Atribuições
37 e competências da Legislação Ambiental de Recursos Hídricos/CTL. Ofício do
38 conselheiro Marley Caetano de Mendonça justificando sua ausência à reunião e
39 Ofício da Secretaria de Planejamento e Gestão indicando o Sr. Rafael Frank para
40 representar a secretaria. O presidente realizou a leitura da pauta e indagou se algum
41 conselheiro desejaria colocar algum assunto na ordem do dia. **Item 01 – Ordem do**
42 **Dia – Ata da 50ª Reunião Ordinária do CRH/RS.** Não havendo manifestações
43 perguntou se poderia ser dispensada a leitura da ata da 50ª Reunião Ordinária,
44 encaminhada no prazo regimental. A secretária executiva Ana Carara comunicou o
45 recebimento na mesa da solicitação do conselheiro Lenison Maroso, Comitê Apuaê-
46 Inhandava, a justificativa da sua ausência na reunião anterior que constou como
47 ausência. Colocada em votação, a ata da 50ª Reunião Ordinária foi aprovada com a
48 alteração de ausência justificada para o conselheiro Lenison. O presidente tomou a
49 liberdade e antecipou a apresentação do Secretário Rogério Porto sobre o **Item 05** –



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

50 **Ordem do Dia - Ofício GG/Irrigação nº 176/2009, oriundo da Secretaria**
51 **Extraordinária da Irrigação e Usos Múltiplos da Água, relativo aos processos**
52 **nº 5306-08.01/09-4 e 5282-08.01/09-0 e procedeu a leitura do ofício.** O Secretário
53 Rogério Porto cumprimentou a todos e informou ter feito uma pequena cirurgia e
54 agradeceu a antecipação na pauta. Esclareceu que estão executando as obras das
55 barragens de Jaquari e Taquarembó, fartamente noticiado na mídia. As obras estão
56 em um ritmo realmente muito bom, receberem até a visita de vereadores, 110
57 pessoas e passou aos presentes fotos recentes da obra. Informou ainda que, mais
58 uma vez surgiu problemas como no ano passado, o recurso designado no convênio,
59 é o recurso do passivo potencial que está no caixa único. Só que não tem dinheiro,
60 nesse fundo do passivo potencial tem escrituralmente, mas não em dinheiro. Então a
61 operação que se faz é contingenciar o recurso do tesouro, deslocar o recurso do
62 tesouro contabilmente para o FRH e aí utilizar o recurso do tesouro através do FRH.
63 Só que para utilizar o recurso do FRH é necessária a autorização do CRH. É uma
64 questão burocrática. A SIUMA não faz parte do Conselho, depois de dois anos e
65 meio há uma dúvida se uma Secretaria Extraordinária deve ou não fazer parte do
66 CRH. Confirmou que em reunião em Brasília já foram aprovados R\$ 24.000.000,00 (
67 vinte e quatro milhões de reais) da União para as barragens, mas isso depende que
68 a contraparte do Estado esteja contabilmente disponibilizada no caso o valor é de
69 R\$ 13.084.000,00 (treze milhões e oitenta e quatro mil reais). Mariza Becker, Comitê
70 Ibicui assegurou que as avaliações ambientais e estratégicas no Quarai e Ibicui não
71 passaram pelos Comitês. Secretário Rogério Porto disse que no caso do Quarai
72 houve um equívoco, porque em uma reunião na Câmara de Vereadores de Quarai
73 foi solicitado que a reunião fosse transferida para a data do Comitê Quarai. No caso
74 do Ibicuí na época em foi discutido em Uruguaiana, salientou que comunicou a
75 direção do Ibicuí que iriam desencadear o processo. Salientou que o convênio com a
76 União os recursos são do FRH e não com o Tesouro do Estado. Explicou que a Lei
77 foi protelada e considerou esta uma atitude relativamente arbitrária, e concluiu que
78 ela foi baseada num critério de seleção técnico. Observou que bom seria contar com
79 prazos mais dilatados, mais folgados para fazer consultas. Como era oferta de um
80 produto, inclusive para análise do Comitê, foi tomado o arbítrio de fazer os estudos e
81 lamenta não ter feito consulta. Conselheiro Giuliani informou que na reunião da
82 CTPA, na parte da manhã, que analisa e disponibiliza os recursos das secretarias e
83 a concessão de qualquer liberação de dinheiro seja enviado ao Conselho, a razão
84 pela qual se pretende aquele recurso. E quando há ações em bacias hidrográficas,
85 onde haja comitê organizado em respeito à Lei 10.350/94 onde diz que os comitês
86 gerenciam os recursos hídricos da bacia, e é necessário que ao comitê seja dado o
87 conhecimento, o que se pretende fazer, e dele a discussão se entendida e aprovada
88 em sua plenária por todos como necessário. Não sendo em alguns casos seguido
89 esse ritual, hoje a CTPA que acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos, ficou
90 truncada de saber realmente de que se tratavam aqueles projetos cujas liberações já
91 haviam sido feitas tanto prá isso, tanto prá aquilo. Ressaltou que ao longo destes
92 anos na SEMA, se não é do conhecimento do Secretário Porto, há uma falta de
93 entendimento dela própria, através possivelmente dessa quantia, que faz que se
94 perca a continuidade daquilo que se deve ser observado, que é exatamente o
95 exercício e a prática da Lei. Então, quando o Comitê se esforça, como exemplo o rio
96 Santa Maria, todos em igualdade de condições em que trabalham com afinco para
97 que a Lei seja cumprida no âmbito das suas competências. De repente, a gente
98 verifica, seja por qual motivo, e várias vezes ocorre que as coisas não acontecem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

99 como deveriam. Imagina que a partir de agora haja uma correção necessária
100 facilitando para todo esse trabalho. Meritoriamente a secretaria vem burlando ao seu
101 e todos os critérios com o melhor objetivo estão tentando viabilizar o progresso que
102 tanto o RS necessita nessa área. A CTPA, a que pertence, carece para esse poder
103 funcionar ou então ela deixa de existir e que haja o mínimo de oferta de material
104 para estudos e que ele venha precedido no caso de intervenções em bacias
105 hidrográficas que os comitês tenham sido consultados e dado o seu parecer.
106 Colocado em votação e aprovador o recurso do potencial. O Secretario Rogério
107 Porto pediu desculpas e informou que necessitava sair da reunião. O presidente
108 Giancalo comunicou a presença na reunião do prefeito de Dom Pedrito, Sr.
109 Francisco Alves Dias e da diretora administrativa da SEMA, Sra. Sandra Berto. **Item**
110 **02 da Ordem do Dia – Resolução Nº 60 – AD REFERENDUM - Outorga de**
111 **Captação de Águas Subterrâneas e Autorização de Poços em Áreas**
112 **Abastecidas por Rede Pública** - O diretor Paulo Paim lembrou todos os
113 problemas que os DRH, CORSAN, DMAE vinham sofrendo com as águas
114 subterrâneas e fez o histórico do Grupo de Trabalho até a publicação da resolução
115 em Ad Referendum. Apresentada a resolução e colocado em discussão houve
116 vários questionamentos quanto aos usos para a agricultura por parte dos
117 conselheiros Giuliani, Leda, Daniel Schmitz e Mariza Becker, secretaria executiva do
118 Comitê Ibicui. Aprovada a resolução com alteração no inciso III, do Art. 2º, que
119 passa a ter a seguinte redação: “uso em agricultura: toda atividade agrícola e
120 pecuária”. **Item 03 da Ordem do Dia - Resolução Nº 61 – AD REFERENDUM -**
121 **Indicação do Secretário Executivo do Fundo de Investimentos em Recursos**
122 **Hídricos.** O presidente Giancalo colocou em votação a indicação da Sra. Sandra
123 Berto e Paulo Paim como secretário-executivo titular e adjunto, respectivamente, do
124 FRH. Aprovada por unanimidade. **Item 04 da Ordem do Dia - Proposta da ANA –**
125 **Agência Nacional de Águas, de minuta de Resolução de cobrança pelo uso de**
126 **recursos hídricos para a Região Hidrográfica do Guaíba –** O presidente fez a
127 leitura do ofício encaminhado ao secretário Berfran Rosado, que sugeriu encaminhar
128 a minuta ao CRH e após a todos os comitês de bacias para amplo debate e retornar
129 ao CRH. Mauricio Colombo – vice-presidente do Comitê Gravataí comunicou que
130 assumiu, pela manhã, a presidência da Câmara Técnica de Gestão da Região
131 Hidrográfica do Guaíba e informou que a deliberação da CTGRHG em relação a
132 esse ofício é que o prazo é muito curto, a Câmara tem o dever oficial, através da
133 Resolução nº 56/09, de acompanhar a implantação da Agência de Bacia, questão já
134 respondida no início da reunião pelo Sr. Secretário, e para tanto pensam em um
135 seminário separado e específico. O presidente Giancarlo sugeriu o prazo de 60
136 (sessenta dias), findo esse prazo se faria um seminário específico para debater o
137 que cada Comitê deliberou. **Aprovado. III - Assuntos Gerais** – Paim fez um breve
138 relato comunicando, conforme prometido pelo Secretário Berfran em uma reunião
139 com os comitês de bacias, há 02 (dois) meses, a retomada do Plano Estadual,
140 Convênio com a METROPLAN para a Agência, Termo de Referência de processos
141 dos Comitês Gravataí e Ibicuí, com exceção do Alto Jacuí e Passo Fundo que
142 estavam sendo feitos pelos próprios Comitês. O Taquari-Antas e o Ibicui que já
143 estavam praticamente prontos e que o DRH irá terminar e ainda o processo de
144 licitação da disponibilidade hídrica, estão com a diretora administrativa Sandra Berto
145 e agradeceu. Vilma Cardoso, Comitê do Lago Guaíba que faz parte da comissão
146 organizadora do Encontro Estadual de Comitês de Bacias solicitou a possibilidade
147 do ressarcimento das despesas de passagens das representações dos comitês de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

148 bacias com verba do FRH, no dia 29 de outubro, na Assembléia Legislativa. Seria 10
149 (dez) passagens para cada Comitê se deslocar. O critério seria os comitês que
150 ficassem a mais 100 km de Porto Alegre, Lago Guaíba, Gravataí e Sinos ficariam de
151 fora. O presidente Giancarlo comprometeu-se de examinar as possibilidades com a
152 diretora Sandra Berto. A conselheira Leda Famer trouxe a informação de que está
153 num impasse, o município de Osório batalhou junto ao governo federal uma verba
154 de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para a subestação de tratamento de
155 esgoto. Foi colocado no Comitê Tramandaí a avaliação do projeto que foi aprovado
156 e recomendado. A FEPAM aprovou o projeto com problema de gestão junto a
157 CORSAN. O que aconteceu nesse espaço de tempo foi que, como o deságüe dos
158 efluentes das águas são na lagoa dos Barros, que faz parte do Comitê do Litoral
159 Médio não constituído, apenas uma comissão, e através de um deputado promoveu-
160 se uma discussão na Câmara dos Deputados da Assembléia Legislativa, saindo
161 disso uma subcomissão. Esta subcomissão contratou dois técnicos que entregaram
162 relatórios que foram levados ao Ministério Público de Santo Antonio da Patrulha para
163 que se entrasse com uma liminar solicitando a cassação da licença da FEPAM.
164 Mesmo que técnicos da FEPAM tenham ido a Assembléia debater o assunto. O MP
165 de Osório arquivou o processo por falta de tratamento de esgoto na cidade. Agora
166 estão em um invólucro político, no sentido que a juíza argumentou no seu parecer
167 que não foi feito EIA-RIMA desconsiderando uma Resolução do CONAMA, onde
168 estabelece que para obras do PAC deva se adotar o licenciamento simplificado. O
169 licenciamento simplificado é um EIA-RIMA! Ocorre que no processo dela ela fala em
170 dano irreversível, mas em nenhum momento justificou o dano. O que trás ao CRH
171 ou ao CONSEMA, o assunto está sendo debatido na Câmara Técnica de Gestão do
172 Litoral, de quem é a competência de licenciamento? Questiona. Se isso acontecer e
173 o MP começar a questionar diretrizes técnicas de licenciamento ambiental, cassando
174 licenças de órgão ambiental, de fazer a legislação de recursos hídricos estaremos
175 acabando com o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, no momento que é
176 questionado de uma forma, sem ouvir as partes e dar uma liminar cassando tudo. A
177 solicitação do prefeito de Osório é uma discussão mais ampla. O presidente
178 Giancarlo esclareceu que na parte da manhã falou sobre o assunto com o Dr. Paulo
179 Régis, FEPAM, e estão tentando derrubar a liminar. Mariza Becker, Secretária
180 Executiva do Comitê Ibicuí disse que vem acompanhando um projeto "Adote uma
181 Nascente" na Câmara dos Deputados e o parecer do relator desse projeto, deputado
182 Bonow, o qual solicitou a supressão de um parágrafo que permite o uso das águas
183 de nascentes. Perguntou de que forma o CRH poderia se manifestar sobre o
184 assunto. O presidente acolheu a solicitação para definição do encaminhamento,
185 manifestando apoio ao relator do PL. Julio Vasconcelos, Comitê Santa Maria
186 indagou sobre a Resolução de acesso ao FRH pelos municípios vai a aprovação na
187 próxima reunião do CRH, sabe que isso está na dependência dos anexos. O
188 presidente Giancarlo informou que a redação já está aprovada pela Câmara Técnica
189 de Assuntos Institucionais e jurídicos – CTIJ e estão providenciando os anexos e
190 com certeza na próxima reunião entra na pauta. Não havendo mais assuntos a
191 tratar, o presidente Giancarlo Tusi Pinto encerrou a reunião e eu, Ana Elizabeth
192 Carara, Secretária Executiva do Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta ata.